

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O CONCEITO DE**  
**TRABALHO PRODUTIVO**

**GRACIELE ZUCCO**

**Florianópolis**  
**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O CONCEITO DE**  
**TRABALHO PRODUTIVO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Graciele Zucco

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Economia Política

Palavras – Chave: 1. Trabalho Produtivo

2. Trabalho Improdutivo

Florianópolis, julho de 2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ à aluna Graciele Zucco na  
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Helton Ricardo Ouriques

Orientador

---

Prof. Pedro Antônio Vieira

Membro

---

Profª. Samya Campana

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor Helton Ricardo Ouriques pela orientação do trabalho, pelos conhecimentos transmitidos e, principalmente, pela compreensão e apoio durante o período de convivência.

Agradeço ao meu namorado, Thiago, pelas conversas, pelo apoio e carinho durante toda a realização deste trabalho.

Agradeço a minha família pelo apoio prestado, apesar da distância, e pela compreensão de minha ausência.

Agradeço a minha irmã, Fabiana, pelos favores prestados para a consecução dos objetivos propostos, pela paciência e pelos momentos de descontração.

Por fim, agradeço aos meus amigos, José Aldoril dos Santos Junior, Fabrício Tiago Simas de Carvalho e Carla Cristina Rosa de Almeida, pelo apoio e pela amizade sincera ao longo dos cinco anos de graduação.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>VI</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1 A CONCEPÇÃO DOS FISIOCRATAS.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A CONCEPÇÃO DOS CLÁSSICOS.....</b>	<b>14</b>
<b>3 A CONCEPÇÃO DE MARX.....</b>	<b>21</b>
<b>4 A CONCEPÇÃO DE ALGUNS AUTORES CONTEMPORÂNEOS.....</b>	<b>29</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>50</b>

## RESUMO

O debate sobre trabalho produtivo, que se estende desde os fisiocratas até autores contemporâneos, é assunto altamente polêmico por se mover em um campo teórico bastante escorregadio, repleto de ambigüidades e contradições. Nem mesmo Marx conseguiu apresentar uma definição teórica precisa e oscilou, em alguns momentos, entre a hipótese de que apenas o trabalho que participa diretamente da produção de mercadorias e, portanto, da produção do valor e da mais-valia, é produtivo, e a hipótese de que qualquer trabalho comprado com capital faz jus a esta classificação. Fruto de suas contradições e da complexidade do tema, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo costuma suscitar grande polêmica entre os economistas marxistas e ganha forte expressão na atualidade, onde um número crescente de trabalhadores não empregados diretamente na produção de mercadorias cria o problema analítico de explicar o seu papel e a sua contribuição para o aumento da riqueza da nação. Enquanto alguns autores, entre os quais Olmedo Beluche, Ernest Mandel e Ruy Mauro Marini, inferem que o trabalho realizado por funcionários do comércio, bancários e funcionários públicos não é produtivo, outros autores, como João Bernardo e Euclides Mance, entendem que o trabalho produtivo não implica necessariamente a produção de mercadorias. As respostas possíveis a esta questão estão longe de chegar a um consenso, contudo, a reflexão sobre o tema é essencial na medida em que atenta para fenômenos atuais importantes, tais como uma industrialização generalizada nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução, o fim da dependência do trabalho vivo para a produtividade e a crescente importância da ciência, desenvolvida em um tempo de “não trabalho” para a acumulação do capital.

Palavras-chave: Trabalho produtivo, trabalho improdutivo.

## INTRODUÇÃO

Independente da época histórica, da nação ou das formas das relações sociais, o trabalho sempre foi condição necessária da existência humana e precede as mais primitivas sociedades.

Entendido como um verdadeiro criador de novos valores de usos, devido a sua ação modificadora sobre a natureza, foi e continua sendo o objeto de estudo dos que buscam desvendar o processo de crescimento econômico.

Para os fisiocratas, de quem destacamos François Quesnay (1694-1774), a agricultura era a única atividade produtiva capaz de aumentar a riqueza de uma nação, pois cabia somente a ela a capacidade de aproveitar a fertilidade natural da terra para produzir uma quantidade de bens maior do que a existente no início do processo produtivo.

Contudo, esta forma fisiocrática de conceber um excedente de produção em termos físicos, era incapaz de explicar o produto líquido em termos de valor.

Tentar responder a este impasse foi o objetivo fundamental dos clássicos ingleses Adam Smith e David Ricardo e também de Karl Marx.

Tanto Smith (1723-90) quanto Ricardo (1772-1823), adotaram o termo “trabalho produtivo” dos fisiocratas, porém, alteraram-lhe o conteúdo, passando a designá-lo como sendo aquele que, além de levar à produção de um bem tangível, é capaz de criar um excedente, passível de reinvestimento futuro.

Karl Marx (1818-83), enfatizou que o trabalho só é produtivo quando é contratado pelo capital com o objetivo de obter mais-valia. Portanto, diz respeito à relação de produção à qual está submetido o empregado e não ao processo de produção ou ao produto do trabalho.

Desta definição, decorre o conceito de trabalho improdutivo, que é aquele que não é contratado pelo capital e, portanto, não produz mais-valia. Dito de outra forma, é o trabalho que não se troca por capital, mas que é pago diretamente com renda, isto é, com salários ou lucro.

De acordo com as definições de Marx, empregados do comércio ou bancários não podem ser considerados produtivos, pois não produzem mais-valia, simplesmente ajudam o capital comercial e financeiro a realizar a mais-valia, que foi criada no momento da produção de mercadorias. No entanto, também não podem ser considerados improdutos, pois o trabalho improdutivo é o que se troca por dinheiro (renda) e os trabalhadores do comércio e dos bancos são pagos pela parte variável do capital.

Esta dificuldade em distinguir trabalhadores produtivos de improdutos é oriunda das contradições e imprecisões teóricas que permeiam o tema.

Este estudo pretende analisar, através de uma minuciosa pesquisa bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, como ou por que meios o trabalho se revela produtivo.

O objetivo geral desta pesquisa é discutir os resultados de um estudo sobre as diferentes concepções do conceito de trabalho produtivo.

Em termos específicos pretende-se:

- Apresentar e discutir, em termos de seus aspectos de complementaridade e divergência, as concepções de trabalho produtivo de autores de diferentes correntes do pensamento econômico;
- Verificar a discussão atual a respeito do que é considerado trabalho produtivo.

Para a consecução dos objetivos propostos neste estudo, será realizada uma revisão de literatura das principais concepções de autores que se debruçam sobre o tema.

De posse do material consultado, proceder-se-á a um estudo comparativo das concepções dos diferentes autores.

Este trabalho será dividido em quatro capítulos e a conclusão final, além da introdução, que destacará a importância, os objetivos, a metodologia e a estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo, fundamentado essencialmente nas concepções de François de Quesnay, abordará a contribuição fisiocrática para a definição do conceito de trabalho produtivo.



No segundo capítulo, as obras A Riqueza das Nações de Adam Smith e Princípios de Economia Política e Tributação de David Ricardo serão as principais fontes utilizadas na apresentação da visão clássica do conceito.

No terceiro capítulo, serão apresentadas as considerações de Karl Marx acerca do tema.

No quarto capítulo, as idéias de alguns autores contemporâneos, dentre os quais Ernest Mandel, João Bernardo, Olmedo Beluche, Euclides André Mance e Ruy Mauro Marini serão apresentadas e confrontadas, a fim de traçar um panorama mínimo sobre o debate atual relativo ao tema.

Por fim, na conclusão, serão apresentadas as considerações finais.

## 1 A CONCEPÇÃO DOS FISIOCRATAS

Até meados do século XVII, os pensadores mercantilistas enfatizaram a importância do comércio e da indústria e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e no crescimento da riqueza nacional. Já nesta época, distinguiram trabalho produtivo de improdutivo para medir o grau em que o esforço do trabalhador contribuía para garantir uma balança de comércio favorável. Em outros termos, entendiam que para a criação do maior superávit possível de exportações era necessário empregar de maneira “produtiva” o maior número de trabalhadores possível. Assim, consideravam produtivos fabricantes, lavradores e mercadores, ao passo que consideravam improdutivos os varejistas, clérigos, médicos, advogados e artistas.

Contudo, o interesse dos mercantilistas estava mais em política econômica do que em análise e, portanto, não contribuíram de maneira significativa à massa de teoria econômica.

Com o movimento Renascentista do século XVII e o reconhecimento de que eventos físicos eram regidos por leis naturais, os pensadores sentiram-se instigados a investigar também a existência de um princípio de regularidade nos eventos humanos. Davam-se assim, os primeiros passos para a criação da ciência social.

Dentre os inúmeros problemas com que se confrontavam os pensadores, estava a origem da riqueza. Do século dezessete em diante, várias escolas do pensamento econômico buscaram respostas a esta questão, que ainda hoje permanece em aberto.

Os fisiocratas, que por não apresentarem um corpo doutrinário completo e coerente não são considerados a primeira escola econômica, foram os primeiros a empregar os termos produtivo e improdutivo para analisar o crescimento econômico.

Uma de suas principais contribuições à teoria econômica é o entendimento de que a agricultura é a única atividade produtiva capaz de aumentar a riqueza de uma nação. E isto, não em virtude de qualquer característica específica que distingua o trabalho agrícola do trabalho desenvolvido em outras atividades, mas em virtude de só ele poder aproveitar a fertilidade natural da terra.

Esta visão fisiocrática pode ser mais facilmente compreendida se levarmos em conta as condições históricas em que nasceu: um mundo essencialmente agrícola e que enfrentava constantemente a escassez de alimentos.

Para os fisiocratas, somente a produção agrícola podia dar origem a um excedente em termos físicos (e não em termos de valor), dado que só o produto agrícola era capaz de exceder a soma dos bens consumidos na produção com os bens destinados aos produtores. Dito de outra forma: o excedente, que os fisiocratas chamavam de “*produit net*” (produto líquido) era a parte da produção social que ficava depois de se reconstituírem as condições de reprodução da atividade produtiva (os meios de produção e os meios de subsistência daqueles que se empregaram na atividade.)

François Quesnay (1694-1774), médico da corte de Luís XIV e principal representante do pensamento fisiocrático, afirmou que:

São estas primeiras riquezas, sempre renovadas, que sustentam todos os outros estados do reino, possibilitam a atividade de todas as outras profissões, fazem florescer o comércio, favorecem o povoamento, animam a indústria e mantêm a prosperidade da nação. (Quesnay *apud* Kuntz, 1984, p. 13).

E a este respeito Quesnay agrega: “É a agricultura que fornece a matéria para a manufatura e para o comércio e paga uma e outro; mas estes dois ramos restituem seus ganhos à agricultura, que renova as riquezas despendidas consumidas cada ano”. (*ibidem*, p.14)

Ao mesmo tempo em que define a agricultura como única atividade produtiva, Quesnay distribui as demais atividades em dois segmentos: os proprietários de terras, onde incluem-se o soberano, os donos das terras e os cobradores dos dízimos; e os demais agentes, constituídos por artesãos, comerciantes e transportadores, os quais são denominados por Quesnay como "classe estéril".

A classe dos proprietários subsiste pelo produto líquido do cultivo das terras, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta retira da produção a parte destinada à sua subsistência e ao ressarcimento do que foi aplicado à produção.

As despesas da classe estéril são pagas tanto pela classe produtiva quanto pela classe dos proprietários, sendo que esta última retira seus rendimentos da classe produtiva. À indústria, que, portanto, é desprovida do milagre da criação, caberia somente o papel de transformar os insumos em produtos.

Robinson e Eatwell (1978, p.10) simplificaram o mecanismo de desenvolvimento de Quesnay da seguinte forma:

Ao início de cada ano, os camponeses possuem um estoque, a sobra da colheita do ano anterior. Esta os supre de alimentos e de insumos de sementes etc. por um ano; eles cultivam a terra e obtêm uma colheita que, no exemplo de Quesnay, é o dobro do estoque inicial. Com isso, repõem o estoque consumido no processo de produção. O excedente, ou produto líquido, paga aos proprietários da terra. Estes proprietários rurais consomem parte diretamente – na alimentação dos que os rodeiam – e o restante, utilizam para comprar os produtos dos artesãos. Os artesãos possuem seus equipamentos produtivos – o tecelão um tear, o ferreiro uma bigorna. Os pagamentos que recebem por suas manufaturas constituem sua renda bruta, com o que não só repõem as matérias-primas utilizadas e o desgaste do equipamento, como se alimentam. Recebem somente o valor de seu produto. Não contribuem para o excedente. O excedente provém unicamente da terra.

Percebe-se, contudo, que os fisiocratas não deram a devida atenção ao fato de a produtividade não ser apenas conseqüência da natureza, mas também das ferramentas, equipamentos e toda espécie de recursos produzidos pela indústria.

Não obstante, Quesnay reconhecia que a generosidade do solo não era incondicional e que deveria ser estimulada pelo uso de recursos técnicos, a fim de obter o máximo que a terra podia proporcionar. Contudo, esta interferência do homem na natureza não prejudica a convicção fisiocrática de que a terra é a fonte real de todo excedente. E isto porque somente na agricultura é possível visualizar de imediato a diferença entre duas quantidades do mesmo bem, uma no início da produção e outra maior obtida na colheita. Como irá observar Marx, posteriormente, é na agricultura que se configura a geração de um excedente físico, sem a necessidade de uma clara compreensão do valor, o que não significa dizer que este termo não foi utilizado pelos fisiocratas.

Assim afirmou Quesnay: "Os fabricantes de mercadorias manufaturadas não produzem riquezas, pois seu trabalho só aumenta o valor dessas mercadorias na proporção do salário que lhes é pago e que se tira do produto dos bens territoriais". (Quesnay *apud* Kuntz, 1984, p.16)

E em outra passagem destaca:

Um sapateiro que vende um par de calçados, vende não só a matéria-prima com a qual formou o par de calçados, mas também seu trabalho, cujo valor é determinado pelo de sua despesa em produtos ou mercadorias necessários à subsistência e manutenção de sua família e dele mesmo durante o tempo do trabalho empregado em fazer o par de calçados. Vemos que aí só há consumo, e não produção. (*ibidem*, p. 20)

Fica claro, portanto, que estes trabalhadores consomem tanto quanto produzem e que o produto de seu trabalho equivale às despesas que o trabalho exigiu.

Segundo Rolf Kuntz (1984), em certas passagens do *Tableau Economique* Quesnay parece incluir na categoria de atividade produtiva todas aquelas ligadas diretamente à exploração da natureza, tais como a pesca e a mineração. Porém, embora a noção de produção por ele adotada possa servir, ocasionalmente, para a pesca, Kuntz argumenta que fica claro em um texto escrito por Quesnay em 1766, "Análise", que a única atividade considerada realmente produtiva é a agrícola:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo da terra, as riquezas anuais da nação, que realiza os adiantamentos das despesas dos trabalhos da agricultura e que paga anualmente os rendimentos dos proprietários das terras. Encerram-se na dependência desta classe todos os trabalhos e todas as despesas feitas até à venda das produções em primeira mão; é por esta venda que se conhece o valor da reprodução anual das riquezas da nação. (*idem*, p. 20)

Contudo, nas condições emergentes da revolução industrial, a visão fisiocrática tornou-se obsoleta e fez surgir naturalmente a necessidade de explicar a apropriação do lucro pelos empresários capitalistas.

A forma fisiocrática de conceber o excedente em termos físicos, confundindo a “produtividade física” com a “produtividade de valor” implicou a incapacidade da teoria fisiocrática para explicar o produto líquido em termos de valor.

Apesar disto, é mérito dos fisiocratas a elaboração do conceito de trabalho produtivo, que viria a constituir uma categoria teórica importante nas obras de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e também de autores contemporâneos.

## 2 A CONCEPÇÃO DOS CLÁSSICOS

Até meados do século XVIII, a agricultura prevalecia em importância sobre as demais atividades. Tanto as manufaturas capitalistas quanto a atividade industrial apresentavam reduzida dimensão, embora já se tivessem dados grandes passos técnicos nas indústrias têxtil e metalúrgica. A diferença de salários, dentro da fábrica, não possuía grandes proporções e era explicada pela diferença do trabalho executado e pelo nível de responsabilidade assumido.

Desta forma, não é de se estranhar que os fisiocratas tenham tido dificuldades para deduzir, de forma clara, a figura do empresário capitalista.

Contudo, com o despontar da Revolução Industrial e o conseqüente aumento da produtividade e da acumulação de capital, tornou-se mister aprimorar o conhecimento das leis que regiam a vida econômica.

A obra “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, escrita em 1776, a qual lhe valeu o título de fundador da Ciência Econômica, foi revolucionária para a época, pois superou a visão unilateral da fisiocracia que atribuía à agricultura a capacidade peculiar de produzir riquezas.

Winston Fritsch, assim escreveu na Apresentação da tradução de “A Riqueza das Nações”

Do ponto de vista formal, a teoria econômica apresentada em *A Riqueza das Nações* é essencialmente uma teoria do crescimento econômico cujo cerne é clara e concisamente apresentado em suas primeiras páginas: a riqueza ou o bem estar das nações é identificado com seu produto anual per capita que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo” - que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução - e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. (Fritsch, 1983, p. XII)

Tendo perante si uma realidade econômica e social diferente da que a França ofereceu aos fisiocratas e tendo vários homens de negócios em seu círculo de amigos, Smith não ficou alheio às grandes transformações de sua época.

Segundo Fritsch, Smith conseguiu aperceber-se

das conseqüências analíticas da paralela e acelerada generalização dos métodos capitalistas de organização da produção, do progressivo aumento da competição e da maior mobilidade do capital entre as diferentes ocupações: o surgimento do lucro na agricultura e na transformação industrial como forma estável e quantitativamente significativa do excedente e teoricamente distinta das outras parcelas distributivas no que concerne a sua formação, e o papel da taxa de lucro na orientação dos investimentos como peça essencial do ajustamento dinâmico nesse novo contexto. (*ibidem*, p. XIII)

Ultrapassando as várias formas de trabalho concreto que se encontravam na vida real, as quais aumentaram devido à crescente divisão do trabalho, Adam Smith surpreendeu ao defender categoricamente a idéia de que a única medida invariante do valor de um bem é a quantidade de trabalho despendida em sua produção. Afirmou ainda que o valor de um bem é sempre igual à quantidade de trabalho que ele pode comprar, ser trocado ou comandar.

...o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, se não trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (*ibidem*, p. 63)

E em outra passagem afirma:

Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhe dá condições de comprar ou comandar. (*ibidem*, p.63)

Na nova visão de Smith, a produtividade não depende das características específicas de uma determinada atividade, mas sim das características do que Marx virá mais tarde chamar de “trabalho abstrato”, ou seja, o simples dispêndio de energia física e psíquica exigido no processo de produção.

Partindo deste princípio, Smith argumenta que a riqueza de uma nação depende tanto da habilidade e destreza com que o trabalho é executado quanto da “proporção entre o número de trabalhadores que executam trabalho útil e dos que não executam tal trabalho” (*ibidem*, p. 35).

Este trabalho útil a que se refere Smith, é definido como aquele “...que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado” e, em contrapartida, o outro tipo de trabalho “...não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, improdutivo” (*ibidem*, p. 285).

Smith observa que o que é específico ao capitalismo é o fato de o capital pôr ao seu comando um certo número de trabalhadores, os quais, desprovidos das condições objetivas do trabalho, convertem em mercadoria a sua própria força de trabalho, mercadoria está cujo valor de uso consiste em ser o elemento criador do valor. É exatamente essa peculiaridade da mercadoria força de trabalho, de ser substância do valor, que possibilita a seu comprador extrair dela um excedente de valor. Em outras palavras, o trabalhador não será remunerado integralmente pelo valor produzido, mas receberá apenas o necessário à sua subsistência e manutenção de sua energia física e psíquica, sendo o excedente apropriado pelo capitalista.

Ao definir trabalho produtivo como sendo aquele capaz de acrescentar algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado, fica patente a idéia de que produtivo é o trabalho que produz riqueza material, que transforma a natureza. Trabalhador produtivo, é portanto, aquele que acrescenta ao valor dos materiais com os quais trabalha o valor de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão.

Embora o manufator tenha seus salários adiantados pelo seu patrão, na realidade ele não custa nenhuma despesa ao patrão, já que o valor dos salários geralmente é repostos juntamente com o lucro, na forma de um maior valor do objeto no qual seu trabalho é aplicado. Ao contrário, a despesa de manutenção de um criado doméstico nunca é repostas. Uma pessoa enriquece empregando muitos operários, e empobrece mantendo muitos criados domésticos (*ibidem*, p. 285)

Desta forma, Smith considera que o trabalho exercido por determinadas profissões, tal como o desempenhado pelos soberanos e pelos servidores do Estado, embora tenha o seu valor e seja merecedor de remuneração, não tem nenhum valor produtivo, visto que não é capaz de criar um objeto que posteriormente, se necessário, possa movimentar uma quantidade de trabalho igual àquela que originalmente o produziu.

Seu serviço, por mais honroso, útil ou necessário que seja, não produz nada com o que igual quantidade de serviço possa posteriormente ser obtida. A proteção, a segurança e a defesa da comunidade, o efeito do



trabalho dessas pessoas, neste ano, não comprarão sua proteção, segurança e defesa para o ano seguinte  
(*ibidem*, p. 286)

Estes trabalhadores, nos quais Smith inclui desde eclesiásticos, até advogados, médicos, atores e músicos, são, portanto, mantidos por uma parte da produção anual do trabalho desempenhado pelos trabalhadores produtivos.

Ao final do ano, o total da produção da terra e do trabalho de um país é dividido em duas partes, uma que destina-se a repor o capital e outra que destina-se a constituir o lucro do dono do capital ou a renda da terra. A parte destinada a repor o capital paga exclusivamente os salários do trabalho produtivo. A parte que se destina imediatamente a constituir uma renda, como lucro ou como renda da terra, pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas ou improdutivoas. Quando o dono do capital decide empregar parte de sua renda em trabalhadores improdutivoas, essa parte é retirada de seu capital e colocada em seu estoque reservado para consumo imediato. Assim, tanto os trabalhadores improdutivoas quanto os que não trabalham são mantidos pela renda destinada a constituir renda da terra ou lucros do capital.

Contudo, a parte destinada a pagar os salários dos trabalhadores produtivos também pode ser utilizada, por estes trabalhadores, para manter os trabalhadores produtivos ou improdutivoas. Dado que os trabalhadores produtivos tenham satisfeito suas necessidades, a porção que ultrapassar sua própria manutenção pode ser empregada para manter pessoas produtivas ou improdutivoas. Desta forma, tanto o proprietário de terras, o comerciante rico ou o trabalhador comum, podem, desde que seus salários sejam consideráveis, manter um criado doméstico ou apreciar um show, contribuindo assim para a manutenção dos trabalhadores improdutivoas.

Smith atenta para o fato de que, uma vez que a parcela destinada ao pagamento dos salários dos trabalhadores produtivos é pequena, os trabalhadores improdutivoas são mantidos primordialmente pela renda da terra e os lucros do capital.

Considerando-se então que a produção total anual de um país sustenta tanto os trabalhadores produtivos quanto os improdutivoas, conclui Smith que quanto mais trabalhadores estiverem empregados em atividades produtivas maior será a riqueza de uma nação.

Tanto os trabalhadores produtivos como os improdutivoas, e bem assim os que não executam trabalho algum, todos são igualmente mantidos pela produção anual da terra e da mão-de-obra do país. Esta produção, por maior que seja, nunca pode ser infinita, necessariamente tem certos

limites. Conforme, portanto, se empregar uma porcentagem menor ou maior dela, em qualquer ano, para a manutenção de mãos improdutivas, tanto mais, no primeiro caso, e tanto menos, no segundo, sobrarão para as pessoas produtivas, e, na mesma medida, a produção do ano seguinte será maior ou menor, uma vez que se excetuarmos os produtos espontâneos da terra, o total da produção anual é efeito do trabalho produtivo”. (*ibidem*, p. 286)

Na opinião de Rima (1990), Smith fez grande confusão ao tentar distinguir trabalho produtivo de improdutivo. A distinção feita no terceiro capítulo do Livro II deixa clara a idéia de que o trabalho produtivo é aquele capaz de criar um excedente que será apropriado pelo capitalista. Posteriormente, no Livro IV, Smith observa que o trabalho dos artesãos e negociantes não é tão produtivo quanto o dos lavradores, “porque os trabalhadores agrícolas produzem não apenas sua própria subsistência e lucro sobre o capital para seu empregador, mas também renda para o senhorio” (Rima, p. 107).

Assim como os fisiocratas, Smith deixa clara a idéia de que na agricultura a natureza atua ao lado do homem e produz um excedente. Nas próprias palavras de Smith “O capital empregado em agricultura, não apenas põe em movimento uma quantidade maior de trabalho produtivo que emprega: agrega um valor muito maior ao produto da terra e trabalho do país para a riqueza e receita reais de seus habitantes”. (Smith, *apud* Rima, p. 107). Para Rima, estas afirmações causam dúvidas quanto aos poderes produtivos da terra e seu relacionamento com a aparência de renda da terra.

Foi por este motivo que Smith acreditava que uma nação devia dedicar-se preferencialmente à agricultura, cabendo à manufatura o segundo plano e ao comércio o terceiro.

David Ricardo, que ao lado de Adam Smith foi o principal representante da escola clássica de Economia Política, adotou a mesma concepção de trabalho produtivo e improdutivo. Contudo, não deixou iludir-se pela idéia de que na agricultura a natureza atua de forma a produzir um maior excedente e avançou no entendimento mais simplista de Adam Smith, que considerava o trabalho como a única medida invariável de valor. Ricardo pôs em relevo que o valor do trabalho não é menos variável que o de qualquer outra mercadoria e de que “não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução” (Ricardo, 1982, p.49).

Com uma análise voltada para questão do progresso econômico, Ricardo afirma em *Princípios de Economia Política e Tributação* que tanto a população quanto o Governo

devem investir seus rendimentos em despesas produtivas. Isto porque acreditava que o declínio progressivo da fertilidade da terra estaria necessariamente ligado à elevação dos preços dos alimentos necessários à subsistência do trabalhador, o que forçaria a elevação dos salários e a conseqüente redução do lucro. A redução da produtividade da terra e o seu efeito sobre a produção anual do país e sobre seu capital seriam agravados pelo consumo improdutivo.

Segundo Ricardo,

Quando a produção anual de um país repõe mais do que seu consumo anual, diz-se que seu capital aumenta; quando o consumo anual não é pelo menos superado pela produção anual, diz-se que o seu capital diminui. Portanto, o capital pode aumentar devido a uma aumento da produção ou pela redução do consumo improdutivo. (*ibidem*, p. 113)

E mais adiante agrega:

À medida que o capital de um país diminui, sua produção necessariamente diminuirá também. Portanto, se a população e o Governo continuarem realizando as mesmas despesas improdutivas, enquanto a produção anual continuar diminuindo constantemente, os rendimentos da população e do Estado irão diminuindo a um ritmo crescente e o resultado será a miséria e a ruína. (*ibidem*, p. 113)

Ricardo verificou, sem a conseguir explicar, a não-coincidência entre a quantidade de trabalho fornecida pelos trabalhadores e o salário que lhes é pago. Embora notando que os capitalistas e os proprietários de terras recebem rendimentos sem trabalhar, aceitou que eles auferem uma parte do valor criado pelo trabalho.

Ricardo, embora admitindo que o lucro e a renda são uma parte dos frutos criados pelo trabalho, considerou natural que essa parte do valor criado pelo trabalho reverta para os capitalistas e proprietários de terras, porque aceita que é a própria natureza das coisas que impõe que os trabalhadores recebam apenas o necessário para a sua subsistência e aceita como natural que o proprietário de uma terra mais fértil receba uma renda mais elevada. “Assim como o produtor não pode viver sem salários, o arrendatário e o industrial não podem viver sem o lucro” (*ibidem*, p. 98)

A concepção de que o trabalho necessário para produzir uma mercadoria cria um valor que é superior ao montante dos salários pagos aos trabalhadores, bem como a compreensão de que a dinâmica do processo de produção capitalista assenta na obtenção

de lucros, são os pontos chaves que levarão Marx a desenvolver seu conceito de mais-valia e sua teoria marxista da exploração.

### 3 A CONCEPÇÃO DE KARL MARX

Após a Revolução Industrial grande parte dos trabalhadores se transformou em operários fabris, sujeitos a condições subumanas e totalmente dependentes de seus míseros salários, estabelecidos no nível da subsistência. Desprovidos de suas terras e dos meios objetivos de produção, trabalhavam nas indústrias até 18 horas por dia, sem direito a qualquer tipo de proteção trabalhista. Com as máquinas substituindo os operários e o desemprego se alastrando, várias rebeliões começaram a surgir.

Foi nesse ambiente que surgiu um economista que iria revolucionar o pensamento econômico: Karl Marx.

Sua análise sobre a questão da produtividade do trabalho encontra-se principalmente no início do Livro II de O Capital, escrito em 1867, e em Teorias da Mais-Valia. Marx buscou tanto nos fisiocratas quanto em Adam Smith e, especialmente, em David Ricardo, as bases para a análise da produção capitalista.

Segundo Marx, os fisiocratas foram “os primeiros intérpretes sistemáticos do capital”, “os primeiros economistas que tentaram metodicamente explicar o capital e o modo de produção capitalista” (carta para Engels, de 3/7/1877). Em Teorias da Mais-Valia, diz ser mérito dos fisiocratas a busca da origem do excedente na esfera da produção imediata e não mais na esfera da circulação.

Tanto Marx quanto os fisiocratas, acreditavam que o capital, no sentido de instalações, equipamentos, etc., não possuía nenhuma aptidão para produzir um excedente. Considerado como materialização de um excedente já produzido pela terra ou pelo trabalho, entendiam que o capital não acrescentava, por si mesmo, qualquer produto líquido ou valor.

Não obstante, Marx defendeu que a capacidade de produzir um excedente é uma qualidade da força de trabalho, ao invés dos fisiocratas, que atribuíam à agricultura a faculdade ímpar de ser produtiva. Vendo na produção mais uma dádiva da natureza do que uma forma de atividade humana, os fisiocratas não puderam compreender o significado do trabalho produtivo como a origem do valor e causa da riqueza.

Marx retoma de Adam Smith a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, incluindo nesta última categoria, além dos funcionários públicos e as domésticas, a atividade dos comerciantes, por entender que o tempo gasto pelo vendedor

para obter um preço mais elevado não pode aumentar o valor da mercadoria. Considera, porém, como trabalho produtivo, além do trabalho utilizado na produção de bens materiais, o trabalho dos que se ocupam em empresas produtoras de serviços.

Segundo Bottomore (2001, p. 386) “A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo tornou-se, recentemente, muito importante para a economia política marxista”, o que se deve ao aumento do número de funcionários do Estado não empregados na produção de mercadorias e a polêmica sobre a significação de sua classe - “até que ponto são eles parte da classe operária ou são, pelo menos, aliados dignos da confiança dessa classe?” (*ibidem*).

De acordo com Bottomore, em algumas passagens de suas obras, Marx refere-se ao “proletariado do comércio” e, uma vez que considera os trabalhadores do comércio improdutivos, pode-se dizer que, para Marx, “o fato de ser improdutivo não impede que um trabalhador pertença à classe operária” (*ibidem*).

Na interpretação de Marx, a produção de um excedente foi sempre, para os economistas políticos clássicos, o elemento distintivo do trabalho produtivo. Também ele entende que, no modo de produção capitalista, trabalho produtivo é e aquele que produz um valor superior a si próprio.

Marx entende, assim como Smith, que a mercadoria possui um valor de uso e um valor de troca, e que o segundo não depende do primeiro, uma vez que o valor de troca das mercadorias não é tanto maior quanto maior for a sua utilidade.

Argumenta que o valor de troca é medido por uma qualidade comum a todas as mercadorias: a quantidade de trabalho necessária para a sua produção.

Como Ricardo, também Marx adverte que esta noção de valor de troca só se aplica aos objetos que são produzidos para serem vendidos no mercado. Alguns objetos raros ou únicos, como as obras de arte, não se aplicam a esta teoria.

Marx acrescenta que o trabalho que importa para a determinação do valor de troca, não é o trabalho útil ou concreto, mas antes o trabalho “abstrato” socialmente necessário à produção, ou seja, “... o trabalho despendido por um operário de habilidade média, trabalhando com uma intensidade média e utilizando os instrumentos de produção normalmente utilizados em determinada época.”(Marx, 1987b).

A definição a seguir foi retirada do Dicionário do Pensamento Marxista e apresenta uma visão sucinta e esclarecedora do que Marx definiu como trabalho abstrato.

Em primeiro lugar, qualquer ato de trabalho é uma “atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado” (O Capital, I, cap. I); assim considerado, é “trabalho útil” ou “trabalho concreto”, cujo produto é um valor de uso. (...) Em segundo lugar, qualquer ato de trabalho pode ser considerado separadamente de suas características específicas, simplesmente como dispêndio de FORÇA DE TRABALHO humana, “o trabalho humano puro e simples, o dispêndio do trabalho humano em geral” (ibidem). O dispêndio de trabalho humano considerado sob esse aspecto cria valor e é chamado de “trabalho abstrato”. O trabalho concreto e o trabalho abstrato não são atividades diferentes, mas sim a mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes. (Bottomore, *op. cit.*, p. 383)

Todavia, o trabalho assalariado, sendo também uma mercadoria como qualquer outra, não é pago pelo seu valor, pois parte dele é apropriado pelo capitalista.

Ricardo não foi capaz de responder a este impasse e coube à Marx esclarecer que o que o capitalista compra não é o trabalho, mas sim a força de trabalho do operário, ou seja, a sua capacidade física e psíquica, e é por esta que paga.

Qual seria então o valor da força de trabalho para Marx?

Primeiramente, é mister diferenciar trabalho de força de trabalho. A natureza do trabalho é, para Marx, inalterável. Independente da época histórica, do país ou das formas de relações sociais, o processo de trabalho sempre será constituído por trabalho e meios de produção, portanto, é um processo que precede as mais primitivas sociedades.

Marx considera ainda o trabalho como uma atividade exclusivamente humana, pois é um ato pensado, diferente do “trabalho” dos animais, como o das abelhas, que agem por instinto.

Em princípio a força de trabalho não é uma mercadoria. Ela se torna mercadoria quando é vendida ao capitalista. Ao comprá-la, o capitalista adquire o poder de usá-la como bem entender e, assim, a põe para funcionar do mesmo modo como põe também as máquinas.

O valor da mercadoria força de trabalho é determinado através do conjunto de bens necessários para recompor a energia vital, a capacidade física e mental do trabalhador. Dado que operário despense todos os dias uma certa quantidade de energia, fazem-se necessários, para sua plena reconstituição, alimentos, roupas, habitação, etc. Quanto mais qualificado for o trabalhador maior será o tempo de trabalho socialmente necessário para assegurar a sua condição. Assim, o trabalhador deve receber ao final de determinado período, um salário que lhe permita recompor seu desgaste, garantindo sua sobrevivência.

Contudo, o limite de valor necessário a sua sobrevivência não limita a sua capacidade física. Se, por exemplo, o trabalhador precisa trabalhar seis horas diárias para suprir suas necessidades, o capitalista o fará trabalhar dez ou doze horas. Esse tempo de trabalho excedente (pois excede o tempo de trabalho necessário) não será pago ao operário, mas sim apropriado pelo capitalista.

A jornada de trabalho não possui um limite mínimo definido. Sabe-se contudo, que ela não deve atingir o nível do trabalho necessário, pois não haveria a criação de excedente. O limite máximo é a própria sobrevivência do trabalhador. Definir quais são os limites da jornada de trabalho é um assunto polêmico, devido à complexidade de seus limites.

É, portanto, durante o processo de produção, mais especificamente, através do consumo da mercadoria força-de-trabalho, que se dá a formação de um valor excedente, chamado por Marx de mais-valia. A força-de-trabalho é uma mercadoria especial porque é o único valor de uso que ao ser consumido tem a capacidade de produzir valor.

O capitalista só compra do trabalhador a sua força de trabalho, se esta for capaz de produzir um volume de riqueza superior ao que custa para produzi-la, isto é, se o trabalhador ampliar a riqueza de seu empregador.

Desta forma, o trabalhador cria um valor que é de propriedade do capitalista e recebe, em troca, o valor de sua força de trabalho.

O salário do trabalhador, pago pela parte variável do capital, só paga o trabalho necessário e tende a corresponder ao valor da força de trabalho, apresentando-se como a expressão monetária da quantidade de trabalho que a sociedade deve consagrar para a sua subsistência.

Assim, ao mesmo tempo em que é desapropriado de parte de seu trabalho, o trabalhador conserva e acresce o capital de seu empregador. E este é o verdadeiro trabalhador produtivo, capaz de transformar dinheiro ou mercadoria em capital.

Trabalho produtivo é, portanto,

o que, no sistema de produção capitalista, produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital.(Marx, 1987b).

Embora a mercadoria dinheiro com a qual o capitalista se propõe a adquirir a força de trabalho só se converta em capital ao entrar no processo de produção, ela é, de



antemão, capital em si, uma vez que já possui a destinação social que a torna capital e lhe dá o comando sobre o trabalho. Assim, o trabalho produtivo também pode ser visto, de acordo com Marx, como aquele que se troca diretamente por dinheiro na qualidade de capital.

Trabalho produtivo é, portanto o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital. (*ibidem*).

Marx detectou no processo de troca entre capital e trabalho duas fases distintas. Na primeira troca, entre capital e trabalho, onde o capital se configura em dinheiro e compra a força de trabalho, que assume a forma de mercadoria (D-M), há uma troca de equivalentes, ou seja, dinheiro por mercadoria, ou, o que é a mesma coisa, trabalho materializado na forma social geral por trabalho que até então só existe como poder.

Na segunda fase (M-D') não há troca. O dono do dinheiro funciona como capitalista e consome a mercadoria força de trabalho. O capital se realiza então, efetivamente, em um novo produto. Nesse processo, portanto, o trabalho se materializa de maneira direta, transforma-se de imediato em capital.

Mais precisamente, converte-se aí em capital mais trabalho do que o capital que se desembolsou antes na compra de força de trabalho. Nesse processo há apropriação de uma parte não paga do trabalho, e só por esse meio o dinheiro se transforma em capital. (*ibidem*).

No referido processo de produção, a força de trabalho se transformou em capital ao reproduzir salário e gerar mais-valia. A soma original de dinheiro, que era igual a  $c + v$  (capital constante mais capital variável) torna-se  $c + (v + h)$ , o que significa dizer que, através do capital variável, a magnitude de valor expandiu-se.

Contudo, Marx quer chamar atenção para o fato de que o principal resultado do processo de produção capitalista não é a mercadoria enquanto valor de uso, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca, mas sim a criação de mais-valia para o capital.

No processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, apropriação de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o objetivo direto do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro

e depois em valor de uso. Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia. E o capital só alcança esse produto específico do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo. (*ibidem*)

Das afirmações até aqui apresentadas, pode concluir-se que o trabalho produtivo não é uma mera produção de mercadorias. A mesma atividade pode ser produtiva ou improdutiva, sendo do primeiro tipo se estiver empregada pelo capital.

Assim Marx exemplifica:

Milton, por exemplo, que escreveu o Paraíso Perdido por 5 libras esterlinas, era um trabalhador improdutivo. Ao revés, o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um trabalhador produtivo. Milton produziu o Paraíso Perdido pelo mesmo motivo por que o bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade própria de sua natureza. Depois vendeu o produto por 5 libras. Mas o proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um trabalhador produtivo; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para crescer o valor deste vem à luz. Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalho produtivo, pois produz capital. (Marx, 1987b, p.396)

A simples troca direta de dinheiro por trabalho, portanto, não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo.

Com base nas considerações anteriores, pode-se concluir que tanto trabalhadores dos setores financeiro, comercial e de serviços, embora não produzam mercadorias materiais, podem ser considerados produtivos, uma vez que estejam empregados por capitalistas.

Todavia, no Livro II de O Capital, intitulado O processo de circulação do capital, Marx afirma que “as dimensões que o comércio assume nas mãos dos capitalistas não podem evidentemente transformar em fonte de valor esse trabalho que não cria valor mas apenas possibilita mudança de forma de valor” (Marx, 1988, p.134). Afirma, desta forma, que trabalhadores empregados no comércio não são produtivos, o que contradiz a idéia anterior.

O operário comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, isto é, por seu custo de produção, enquanto que o exercício dessa força de trabalho, como uma tensão que é dela, um desdobramento e desgaste da força de

trabalho mesma, não se acha limitada, nem muito menos, como se acha limitado nenhum operário assalariado, pelo valor de sua força de trabalho. Por isso, seu salário não guarda uma relação necessária com a massa de lucros que ajuda o capitalista a realizar. O que custa ao capitalista e o que resta dela são duas magnitudes distintas. Este operário assalariado não rende ao capitalista criando diretamente mais-valia, mas ajudando-o a reduzir os gastos de realização da mais-valia, realizando o trabalho não-redistribuído, necessário para isto. (Marx, s/d, p. 121)

A discussão precedente deflagra a dificuldade que Marx encontrou em classificar funcionários públicos e comerciantes como produtivos ou improdutivos. São pois, improdutivos, no que concerne ao fato de não produzirem mais-valia e simplesmente ajudam o capital comercial e financeiro a realizar a mais-valia, que foi criada no momento anterior à reprodução do capital, ou seja, na produção de mercadorias.

Todavia, são produtivos à medida em que seu trabalho é pago pela parte variável do capital, em contraposição ao trabalho improdutivo, que se troca diretamente por renda, isto é, por salários ou lucro.

Este impasse será o berço para o desenvolvimento do capítulo seguinte, onde a opinião de autores contemporâneos acerca do tema serão confrontadas.

Em relação ao trabalho dos artesãos e dos camponeses na sociedade capitalista, Marx afirma que estes não são nem trabalhadores produtivos, nem improdutivos. Trata-se de trabalhadores independentes, proprietários de seus meios de produção e que não empregam trabalhadores, não sendo caracterizados, portanto, como capitalistas. Produzem suas mercadorias e as vendem. Segundo Marx,

É possível que esses produtores que trabalham com meios de produção próprios reproduzam sua própria força de trabalho e, além disso, criem mais-valia, permitindo-lhes sua posição se apropriarem do próprio trabalho excedente ou de parte dele (desde que lhes tomem parte na forma de impostos etc.)(...) Como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo. Como capitalista paga o salário a si mesmo e extrai o lucro de seu capital, isto é, explora a si mesmo como assalariado e se paga com a mais-valia o tributo que o trabalho deve ao capital. Talvez ainda se pague uma terceira parte como dono da terra (renda fundiária). (Marx, 1987b)

Para Marx, a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista é que esses trabalhadores transformem-se, aos poucos, ou em

pequenos capitalistas, ou que percam seus meios de produção e se convertam em trabalhadores assalariados.

Ao contrário dos clássicos, que encaravam a apropriação do lucro e da renda pelos capitalistas e pelos proprietários de terras como algo natural, Marx sustentou que o lucro não é uma categoria natural, mas uma categoria própria de um período histórico determinado e caracterizado pela existência de uma sociedade de classes, no seio da qual a força de trabalho se transformou em mercadoria.

Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida. (Marx, s/d, p. 940)

Para Marx, o trabalho excedente não é exclusivo do sistema capitalista. Em outras sociedades, como a feudal e a escravocrata, por exemplo, tanto os servos quanto os escravos trabalhavam além do tempo necessário para a produção dos bens necessários a sua sobrevivência, sendo que o valor excedente desse tempo de trabalho excedente também era apropriado pelo dono dos meios-de-produção.

Haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas. No sistema capitalista, no escravista, etc. reveste-se, entretanto, de forma antagônica e corresponde à mera ociosidade de fração da sociedade. (*ibidem*, p. 941).

Marx vê o capitalismo como um sistema representado por classes antagônicas e que assenta na exploração de uma classe por outra classe, o que não significa dizer que Marx considera a apropriação da mais-valia pelo capitalista um roubo. Acredita sim, que a apropriação da mais-valia pelo capitalista é um elemento essencial do capitalismo.

Percebendo que há uma tendência constante no modo de produção capitalista em “separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos”, convertendo, assim, “o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital” (*ibidem*, p.1012), Marx propôs a socialização dos meios de produção, que passariam então a pertencer ao Estado. Neste mundo de propriedade coletiva, os lucros, juros, aluguéis e rendas seriam abolidos e o próprio trabalho se tornaria a única fonte de renda para cada um.

## 4 A CONCEPÇÃO DE ALGUNS AUTORES CONTEMPORÂNEOS

Ao investigar a evolução da produção capitalista, Marx manteve sua análise, em grande parte, voltada para o trabalho produtivo. Em alguns momentos, oscilou entre a hipótese de que apenas o trabalho que participa diretamente da produção de mercadorias e, portanto, da produção do valor e da mais-valia, é produtivo, e a hipótese de que qualquer trabalho comprado com capital faz jus a esta classificação.

Fruto de suas contradições e da complexidade do tema, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo costuma suscitar grande polêmica entre os economistas marxistas e ganha forte expressão na atualidade, onde um número crescente de trabalhadores não empregados diretamente na produção de mercadorias cria o problema analítico de explicar o seu papel e a sua contribuição para o aumento da riqueza da nação.

Para Bernardo (1991), Marx não teria se enredado em contradições se tivesse seguido sempre como único critério para a definição do trabalho produtivo a produção da mais-valia.

Acredita que, independente daquilo que produz, o trabalhador sempre pode ser considerado produtivo enquanto estiver inserido num dos pólos da relação capitalista de produção. A sua função não tem que, necessariamente, ter ligação direta com a fabricação dos bens para ser produtiva. A produção da mais-valia deve entender-se como uma cadeia, que comporta todos os ramos da reprodução do capital, desde a fabricação de um determinado bem até a sua colocação à disposição de um consumidor.

Muitos leitores da obra de Marx caem no equívoco de considerar como improdutivos “aqueles trabalhadores inseridos em processos cujo *output* não regresse, enquanto *input*, aos ciclos de produção” (Bernardo, p. 183). Nesta visão, o trabalho produtivo não é definido como o produtor de mais-valia e sim como produtor de *inputs* dos processos de produção.

Entende, por certo, que durante o processo de trabalho e de criação de um novo valor o trabalhador “revivifica” valores já produzidos anteriormente. Assim, os elementos (*inputs*) utilizados no presente processo de produção têm os seus valores conservados.

Todavia, o trabalho produtivo não pode ser definido como o produtor dos *inputs* de futuros processos de produção, mas como aquele que incorpora o *output* de processos anteriores. “Não é sob o ponto de vista de sua produção, mas da sua realização, que devem ser analisados os problemas decorrentes da inserção do *output* de um processo produtivo,

como *input*, num novo processo” (*ibidem*).

É, portanto, durante a produção de mais-valia que se realiza a mais-valia anteriormente criada.

O trabalho produtivo é trabalho vivo atual, que cria e revivifica valores; a realização da mais-valia decorre da materialização de um trabalho morto enquanto *output* e do problema da sua posterior revivificação. Por isso, não importa para a classificação de dados trabalhadores como produtivos, o lugar eventualmente ocupado pelo *output* em posteriores ciclos de produção. O trabalho produtivo, em conclusão, não deve definir-se como o que sustenta o consumo produtivo, quer dizer, cujo *output* se há de reinserir em novos ciclos de produção, pois o que o caracteriza não é a forma como os capitalistas gastam a mais-valia de que já se apropriaram, mas precisamente o processo pelo qual em cada momento estão a ganhá-la. (*ibidem*)

Com base nestes pressupostos, tanto prestadores de serviços quanto empregados do comércio são produtivos a partir do momento em que sua força-de-trabalho é contratada pelo capital, mesmo que haja a impossibilidade de armazenar o resultado imediato de seu trabalho.

Os empregados do comércio, incumbidos de transferir um dado produto para o consumo produtivo, seja ele o de uma empresa ou da força de trabalho, contribuem para que o tempo de trabalho incorporado nesse produto seja conservado como valor, isto é, colaboram na “revivificação” do trabalho materializado e, portanto, conservam valor e produzem mais-valia. Contrariamente à opinião de Marx, Bernardo afirma que eles são trabalhadores produtivos.

Se não existe produção isolada de mais-valia e cada ciclo exige os anteriores e supõe os que se lhe sucedem, então a realização da mais-valia ocorre exclusivamente na reprodução destes ciclos. É na produção de mais-valia que a mais-valia anteriormente produzida se realiza. Foi a sua incapacidade de perceber a produção como um processo integrado que levou Marx a excluir os trabalhadores comerciais do trabalho produtivo. (*ibidem*, p. 189)

Bernardo deixa claro que está referindo-se à atividade comercial que assegura o consumo produtivo das empresas e da força de trabalho e não dos estabelecimentos comerciais em que prevalece o sistema familiar e artesanal, o qual, ao seu ver, tende a declinar conforme o desenvolvimento do sistema capitalista. Admite, portanto, que estes últimos não são trabalhadores produtivos.

Partindo-se do princípio de que o trabalho produtivo não se diferencia pelos ramos de atividade onde ocorre, nem pelas características físicas do produto e que o sistema capitalista caracteriza-se como um processo econômico globalmente integrado, Bernardo sugere que, para uma verdadeira classificação do trabalho produtivo, passando-se da definição abstrata de produtor de mais-valia para uma definição prática imediata, é preciso analisar a organização do trabalho, os seus ritmos e os tipos de disciplina impostos.

Assim, sugere que se observe em uma unidade de produção os empregados que trabalham menos intensamente e que dispõem de muito tempo e aqueles que não dispõem de qualquer tempo, pois convertem-no todo em tempo de trabalho.

O emprego de tempo dos dirigentes e a intensidade do seu trabalho nunca são postos em questão (...) É o trabalho dos subalternos que se mede e avalia. E podemos assim compreender empiricamente quem, despossuído do tempo, transforma-o em valor e em mais-valia e quem fica com o tempo para si. Ou seja, quem é o trabalhador produtivo e quem é o improdutivo. (*ibidem*, p. 191)

Da mesma forma, quando um setor profissional deixa de se incluir entre os que controlam a produção de mais-valia e dela se apropriam e passa a assumir a função de produtor, tornando-se mero executor, ocorrem mudanças significativas em sua organização, disciplina, no ritmo que lhe é imposto e na tecnologia com que se processa. E pode-se então, mais uma vez, distinguir o trabalho improdutivo do produtivo.

Beluche (2003) também não encontra em Marx a resposta direta quanto ao caráter produtivo dos servidores públicos, que constitui seu objeto de estudo e, para chegar à resposta, usa o método dedutivo a partir dos pressupostos marxistas.

Em primeiro lugar, concebe que os servidores públicos, assim como os demais assalariados, se encontram despossuídos de seus meios e instrumentos de trabalho, portanto, não são donos dos meios nem do produto dos mesmos. Em segundo, são obrigados a vender sua força de trabalho. E, em terceiro, não determinam as condições e ritmos de seu trabalho.

Conclui então, que tais trabalhadores são pagos de acordo com o preço de sua força de trabalho, determinado pelo custo de sua produção. E isto não impede que trabalhem além do tempo necessário, produzindo um “sobre-trabalho”.

Este “sobre-trabalho” não se materializa em mais-valia, porque seu produto não é mercadoria (com exceção às indústrias estatais), mas é um serviço prestado pelo Estado para garantir as condições gerais do funcionamento da sociedade capitalista.

Geralmente, o Estado se ocupa das funções necessárias ao desenvolvimento social, que possuem baixa rentabilidade ou alto risco e que, por esse motivo, não são alvos do investimento capitalista. O capital privado é então brindado pelo Estado com os benefícios obtidos pelo capital de forma indireta, pois obtendo-se a baixo custo, os incorpora a seu processo produtivo e os transfere ao produto final, ou seja, aumenta seu lucro reduzindo o custo de financiamento.

Na maioria das vezes, as funções desempenhadas pelo Estado e os investimentos realizados pelo mesmo, embora necessários, não são produtivos no sentido do capital, isto é, seu sobre-trabalho não se realiza como mais-valia por meio da circulação. É o que ocorre, por exemplo, com a construção de uma estrada, que, embora tenha sido construída por operários estatais, pagos pelo custo de sua força de trabalho, não pode ser vendida e, portanto, o sobre-trabalho não se realiza.

Caberia aqui a Bernardo, dizer que o trabalhador produtivo é o que realiza a mais-valia anteriormente criada e que não importa, para fins de classificação de dados trabalhadores, o lugar ocupado por seu *output*.

Após suas ponderações, conclui Beluche que, ao não produzir mais-valia, ainda que seu trabalho seja necessário para o funcionamento do sistema, contribuindo para o aumento da força produtiva do capital, o servidor público não é produtivo “no sentido do capital”, e é pago com o rendimento (impostos) e não com o capital variável.

Para Beluche a dificuldade de classificação dos trabalhadores produtivos advém de dois pontos fundamentais. Primeiro, das limitações apresentadas nos textos de Marx, onde o trabalho produtivo é analisado somente no momento da produção capitalista e, em segundo, devido a existência de formas de produção que se desenvolvem à margem do sistema capitalista ou que encontram-se em transição.

Com relação ao primeiro ponto, Beluche esclarece que a preocupação fundamental dos estudos de Marx é a de identificar a fração da totalidade do trabalho social empregado pelo capital que verdadeiramente contribui à extensão do processo de acumulação global e, por outro lado, a fração que, embora se constitua de operações necessárias da reprodução do capital social, reduzem o tempo dedicado à produção da riqueza efetiva: os valores de uso, suportes da mais-valia.

Assim, Marx se dedica ao estudo do capital produtivo, enquanto que o “capital-mercadoria” (circulação) é tratado somente como uma fase da reprodução do capital e não como um capital particular.



O problema consiste no fato de que uma definição clara do conceito de trabalho produtivo exige que se abordem as funções assumidas pelos diferentes capitais e não só pelo capital produtivo, como fez Marx.

Quanto ao segundo aspecto, Beluche afirma que uma observação minuciosa da realidade demonstra que o modo de produção capitalista nunca se apresenta em sua forma pura, mas encontra-se combinado com restos de formas de produção anteriores e, além disso, com formas “transitórias”, que surgem graças à generalização da produção mercantil e a divisão do trabalho.

Não obstante a predominância da forma capitalista de produção, esta convive com formas de trabalho onde a relação capital-trabalho assalariado não está presente.

Assim ocorre com a pequena produção camponesa, com a produção artesanal e com os chamados feirantes urbanos, os quais, donos de seus meios de produção e determinantes de suas condições de trabalho, submetem-se ao controle do capital somente sob a forma de empréstimos ou nas ocasiões em que o produto de seu trabalho é adquirido pelo capital comercial, o qual encarrega-se de revendê-los. Logo, a relação estabelecida entre produtores e capital baseia-se na mera troca do produto de seu trabalho por dinheiro, e não de sua força de trabalho por capital.

O problema destas formas precedentes é a de precisar se estão subordinadas indiretamente ao capital ou se apresentam-se subordinadas formalmente ao capital, na medida em que o trabalhador não controla o processo de produção e não é dono da venda de seus produtos.

As formas transitórias de trabalho são, conforme Beluche, as que estão localizadas entre os modos de produção precedentes e o regime propriamente capitalista. Nestes casos, o produto do trabalho não está completamente alienado daquele que o realizou. Incluem-se nesta categoria as profissões “liberais” (advogados, médicos, etc.), o trabalho artesanal e artístico e os prestadores de alguns serviços. Estas “formas transitórias” podem estar à margem de uma relação estritamente capitalista, onde o trabalhador ainda é o dono dos meios de produção, ou realmente incluídas no capital, quando o trabalhador torna-se um assalariado. Como salientou Marx, estas atividades podem ser produtivas ou improdutivas, dependendo de que se estão ou não a serviço do capital.

Beluche acrescenta ainda que alguns empregados apresentam funções no interior da empresa que têm, ao mesmo tempo, um caráter aparentemente produtivo e um caráter de representação do capital. São exemplos os capatazes, supervisores, chefes e gerentes que, embora também sejam assalariados, executam diretamente as medidas de exploração,

cumprindo uma função de vigilância e controle, e, desta forma, acabam se opondo à classe operária em nome do capital.

O trabalho destes setores não se encontra de todo assimilado pelo capital, e boa parte destes trabalhadores é paga não só pelo valor de sua força de trabalho, mas também pela parte da mais-valia produzida pelos operários.

Na época em que Marx escreveu suas obras, estas formas transitórias ainda possuíam reduzida dimensão frente à massa da produção capitalista e, por isso, foram relativamente desprezadas.

Contudo, no século XX, com o alastramento das relações capitalistas, este tipo de trabalho absorveu milhões de assalariados e hoje constitui uma significativa parcela da produção capitalista global.

Muitas formas transitórias de produção foram e continuam a ser assimiladas pelo capital, em uma dinâmica crescente de proletarização dos trabalhadores.

Para Mandel (1982), este processo de proletarização dos trabalhadores é uma característica do que ele denomina “capitalismo tardio”, um fenômeno de “*industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história.” (Mandel, p. 271)

A mecanização, a padronização e a intensa divisão do trabalho com suas especializações, que antes repousavam no seio da produção de mercadorias, penetram agora todos os setores da vida social, e os tornam tão industrializados quanto a própria indústria.

Enquanto o capital era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes. (*ibidem*, p. 272)

Em certo momento, o capital já não encontra na esfera da produção tradicional os meios de sua expansão, em vista do aumento da produtividade em relação ao volume produzido e da conseqüente redução do número de trabalhadores nela empregados. Lança-se então, à novos desafios, em busca de transformar atividades até então improdutivas em novas fontes de mais-valia.

O aumento da produtividade, que permite que a mesma quantidade de produtos

seja produzida por um número menor de trabalhadores, e a crescente mecanização, que obrigam o capital a reduzir o valor das mercadorias, exigem que, cada vez mais, sejam criadas e estimuladas novas necessidades de consumo. Ao mesmo tempo, o capital empenha-se em limitar os salários e mantê-los abaixo do nível necessário à satisfação de todas as necessidades de consumo que gerou, pois, seu objetivo primordial ainda é a produção de mais-valia e a acumulação de capital.

A disparidade crescente entre as necessidades de consumo das famílias e os salários pagos ao trabalhador obriga as mulheres casadas a saírem de casa em busca de emprego, a fim de garantir o sustento da família.

Assim, o capitalismo garante a expansão geral do trabalho assalariado, incorporando as mulheres casadas na força de trabalho assalariada e transformando as atividades do lar, que até então eram realizadas pela esposa, mãe ou filha do trabalhador, “em serviços capitalisticamente organizados”, ou substituindo-as “por mercadorias capitalisticamente produzidas.” (*ibidem*, p. 275)

A faxineira, a cozinheira e o alfaiate particulares não produzem mais-valia; mas a produção de aspiradores de pó, sistemas de aquecimento central, eletricidade para consumo privado e refeições pré-cozidas de produção industrial são uma forma de produção capitalista direta de mercadorias e mais-valia, como qualquer outro tipo de produção industrial capitalista. (*ibidem*, p. 274)

Uma dona-de-casa, que realiza diariamente seu trabalho doméstico, não é remunerada e seu trabalho de forma alguma produz mais-valia, uma vez que não é trocado por capital. No entanto, quando sai de casa e junta-se à massa de trabalhadores assalariados, “ela aumenta a massa de mais-valia social produzida e, assim, expande o campo de produção de mercadorias e da acumulação de capital” (*ibidem*, 275).

Com o salário que recebe, está ex dona de casa irá comprar os serviços necessários para suprir e repor em sua casa os serviços que antes eram de sua responsabilidade. Além disso, passará a consumir mercadorias e serviços que até pouco tempo nem existiam e que agora lhe parecem imprescindíveis. “Hoje já não é economicamente possível para o assalariado médio ir a pé para o trabalho ou não se envolver com um plano de seguro de saúde.” (*ibidem*, p.276)

Vistos sob a ótica capitalista, o movimento feminista e a conquista do mercado de trabalho pelas mulheres, já não parecem ter sido impulsionados por uma vontade própria

de libertação, mas sim, frutos de uma pressão econômica, meras circunstâncias do desenvolvimento capitalista.

A partir desta abordagem, Mandel passa a questionar o caráter produtivo dos trabalhadores empregados no setor de serviços, o que exige que se proceda uma definição correta dos limites exatos do capital produtivo.

Para Mandel, a fórmula “no capitalismo, trabalho produtivo é trabalho que cria mais-valia” é inadequada para a definição. “Embora em si mesmo seja correta, ainda assim é uma tautologia. Não responde à questão dos limites do trabalho produtivo, apenas a apresenta de outra forma.” (*ibidem*, p. 282)

Em *O Capital*, procurando demonstrar os limites entre as esferas da produção e da circulação, Marx afirma que “os custos de circulação, que se originam da simples mudança de forma do valor, na circulação, idealmente considerados, não entram no valor das mercadorias.” (Marx, *apud* Mandel, p. 284), logo, os comerciantes são trabalhadores improdutivos.

No entanto, ao considerar o trabalho da circulação e, principalmente, a atividade dos comerciantes, Marx observa que estes trabalhadores são pagos com capital variável, e portanto, proporcionam lucros ao capitalista e tornam mais rentável o seu capital. Colocado nestes termos, o comerciante é produtivo, pois permite ao capital produzir ou apropriar-se da mais-valia.

Não obstante a confusão, Mandel acredita que em *O Capital*, ao apresentar uma formulação coerente com a lei geral que determina as fronteiras do trabalho produtivo no capitalismo, Marx dá as bases para o equacionamento da questão.

Se, por uma divisão do trabalho, uma função, em si mesma improdutiva, embora seja elemento necessário à reprodução, passa de ocupação ocasional de muitos a ocupação exclusiva de poucos, passando a ser atividade específica destes últimos, nem por isso a natureza dessa função se transforma. (Marx, *apud* Mandel, p. 283).

Afirma com isto que, da mesma forma como o trabalhador continua a ser improdutivo, mesmo sendo assalariado e constituindo um elemento necessário à reprodução, também improdutivos devem ser considerados os trabalhadores que não desempenham sequer um papel direto na reprodução.

Não há nenhuma razão plausível para que a troca de serviços pessoais por rendimentos, à medida que não leva à produção de mercadorias, deva tornar-se subitamente produtiva apenas porque é organizada como

atividade capitalista e executada por trabalho assalariado. (Mandel, *op.cit.* p. 283)

Os gastos de circulação despendidos com o armazenamento das mercadorias, embora não se refiram a uma mudança de forma, mas à conservação do valor, pois garantem a continuidade do processo de circulação, implicam em investimentos adicionais em capital constante e variável, que, “mesmo que representem deduções do valor das mercadorias, passam a fazer parte de seu valor, encarecendo-as. Parte desses gastos pagam a força de trabalho e, desta forma, também tornam mais rentável o capital”. (Marx, *apud* Marini, p. 248)

Contudo, a única ocasião em que os gastos de circulação acrescentam valor à mercadoria é a ocasião do transporte, quando o valor de uso das coisas, ao exigir seu deslocamento de lugar, implica em um processo adicional de produção da indústria do transporte .

O valor de uso das coisas só se materializa em seu consumo, e seu consumo pode requerer uma mudança de localização dessas coisas, por isso pode exigir um processo adicional de produção, na indústria do transporte. O capital produtivo investido nessa indústria transfere valor para os produtos transportados, em parte acrescentando valor por meio do trabalho realizado no transporte. (Marx, *apud* Mandel, p. 284)

Distingue então, na indústria do transporte, o transporte de pessoas, que envolve a troca improdutiva de um serviço pessoal por rendimentos, e o transporte de mercadorias, que aumenta o valor de troca das mesmas e é, por isso, produtivo. Neste caso, se realiza uma adição de valor, que, como sublinha Marx, decompõem-se necessariamente em reposição de salários e criação na circulação, e aquele que desempenha essa atividade é um trabalhador produtivo.

As premissas marxistas apontadas por Mandel, permitem-lhe concluir que o limite entre o capital produtivo e o capital de circulação é o mesmo limite entre o trabalho assalariado que aumenta, muda ou preserva um valor de uso, ou é indispensável para sua realização, e o trabalho assalariado que nada representa para o valor de uso, isto é, para a forma física de uma mercadoria e que apenas altera a forma do valor de troca.

Destas definições Mandel conclui que “o verdadeiro capital de serviços – à medida que não seja erroneamente confundido com o capital que produz mercadorias – não é mais produtivo que o capital de circulação.” (Mandel, p. 284)

Acredita que a expansão do setor de serviços, ainda que preferível à existência de

capitais excedentes ociosos, constitui “um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com a massa total de mais-valia e que indiretamente só contribui muito modestamente para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do capital” (Mandel, p. 284), em outras palavras, Mandel entende que os trabalhadores empregados no setor de serviços e no comércio são improdutivos, o que contraria os argumentos de Bernardo.

Segundo Mandel,

A lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo substituir o capital de serviços por capital produtivo ou, em outras palavras, substituir serviços por mercadorias: serviços de transporte por automóveis particulares, serviços de teatro e cinema por aparelhos privados de televisão; amanhã, programas de televisão e instrução educacional por videocassetes. (*ibidem*, p. 285)

Em suma, para este autor, a parte da mais-valia social global que provém do setor de serviços capitalistas é antes uma dedução da mais-valia criada pelo capital produtivo do que um acréscimo a esta.

Marini (2000) acredita que Marx equaciona a questão do trabalho produtivo no capítulo XVII do livro III, onde difere capital social de capital individual.

No referido capítulo, Marx esclarece que, ainda que os operários comerciais não produzam diretamente mais-valia, estes produzem lucro para os capitalistas, lucro este que nada mais é do que uma forma transfigurada de mais-valia.

Da mesma forma que o trabalho não retribuído do operário cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não retribuído dos operários assalariados comerciais cria para o capital comercial uma participação naquela mais-valia. (Marx, *apud* Marini, p. 249)

Marx exclui desse grupo os trabalhadores assalariados cuja remuneração corresponde a simples gastos de mais-valia, tais como os funcionários públicos, as empregadas domésticas e os burocratas.

Contudo, Marini acredita que “restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, ou seja, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor, corresponde a perder de vista o processo global da reprodução capitalista”. (Marini, 2000, p. 249)

Embora o aumento da produtividade tenha como consequência a redução do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, a tendência do sistema

capitalista é sempre aumentar a classe de trabalhadores, os quais são pagos com a parte variável do capital e cujo salário é sempre inferior ao valor do produto de seu trabalho. Portanto, é natural que, a medida em que se reduz o número de trabalhadores empregados diretamente na produção, se incrementa, por outro lado, o número dos que se empregam nas esferas da circulação e da distribuição, cujas atividades correspondem, em geral, ao trabalho improdutivo, visto que não afetam ao valor criado e não criam, diretamente, mais-valia (salvo exceções).

Trabalho produtivo e improdutivo são, para Marini, conceitos historicamente determinados e que se referem às atividades que contribuem, ou não, para a valorização ou rentabilidade do capital. Entende o autor que, somente em um regime de organização superior ao capitalista, constituído de “forças produtivas ainda mais poderosas”, o conceito capitalista de trabalho poderá dar lugar ao de trabalho necessário ou socialmente útil, quando então o sistema econômico estará com os olhos voltados para a satisfação das necessidades do homem em seu sentido mais amplo.

Argumenta ainda que, para uma definição clara de uma classe social em um dado momento histórico não basta considerar a posição que objetivamente ocupam os homens na reprodução material da sociedade. É necessário, além disso, considerar os fatores sociais e ideológicos que determinam sua consciência em relação ao papel que nela crêem desempenhar.

É inegável, todavia, que o alto grau de diversificação que as atividades apresentam na atualidade, cria dificuldades para definir e quantificar a classe trabalhadora.

Os problemas decorrentes da definição de trabalho produtivo são, aos olhos de Marini, frutos de uma leitura parcial da obra de Marx, o que torna difícil vislumbrar os sucessivos enriquecimentos que o conceito de trabalho produtivo ganhou no decorrer da elaboração da obra. Além disso, devem-se também a uma comparação teórica do que seria o capítulo I de O Capital (*Grundrisse*) ao próprio Capital. “Trata-se, sem dúvida, de um erro, dado que foi o próprio Marx que descartou sua inclusão na obra, para retomar ali somente parte do que ele havia procurado estabelecer nesse capítulo, com o que este reveste o status de mero rascunho”. (*ibidem*, p. 250)

Segundo Euclides Mance (1997), uma leitura comparativa dos *Grundrisse* com o próprio Capital, “revela traços de um Marx perplexo e confuso frente a angustiantes problemas que exigiam uma definição teórica rigorosa a fim de consolidar sua economia política”.

Já nos *Grundrisse* (Capital, Caderno II), Marx define que trabalhador produtivo é aquele que diretamente aumenta o capital, e portanto, “que o trabalho que não o faz, por *útil* que possa ser - do mesmo modo que possa ser danoso - não é produtivo para a capitalização, portanto é trabalho improdutivo.” (Mance)

Para Mance, Marx constrói uma crítica a Adam Smith afirmando que este autor comete um erro ao conceber a objetivação do trabalho como trabalho que se fixa em um objeto tangível. Entende que, com esta crítica, não pretendeu Marx dizer que o trabalho possa resultar em algum tipo de bem intangível, assim como o conhecimento produzido pela ciência, mas que está implícita nesta afirmação a compreensão de que a objetivação do trabalho também se efetiva em todas as fases do processo produtivo e não apenas no produto final e que todas as forças produtivas são elementos de riqueza, pois, como afirmou Marx no *Caderno V*, “o desenvolvimento da riqueza significa o mesmo que desenvolvimento das forças produtivas” (Marx, *apud* Mance).

Mais adiante, contudo, Marx encontra dificuldades para considerar como produtivo somente o trabalho que diretamente ou imediatamente faz crescer o capital, uma vez que a ciência, ao potencializar as forças produtivas, também é vista como uma forma de riqueza, produzida, no entanto, em um tempo de “não trabalho”.

Esta linha de raciocínio aponta, logo de início, para um problema de cunho teórico: admitir que o tempo de trabalho, que até então era a medida de valor e, portanto, da riqueza, cede lugar para o “tempo livre” ou o “tempo de não-trabalho”.

Já nesta época, era clara a percepção de que a aplicação da ciência à produção possibilitava a substituição da capacidade produtiva do trabalhador pela máquina em ritmo crescente. A tendência observada era a de um uso cada vez menor da força de trabalho, frente a uma produção de riqueza cada vez maior, propiciada pelo desenvolvimento científico.

Ao passo em que a riqueza progressivamente vai deixando de ser criada pelo trabalho vivo para ser criada pelo trabalho objetivado como maquinaria, o desenvolvimento do capital torna-se cada vez mais independente da quantidade de trabalho vivo empregado.

De acordo com Mance, com o intuito de simplificar o problema, Marx concebe que a ciência é fonte de riqueza somente quando se efetiva como capital fixo, como trabalho objetivado. Em outras palavras, a ciência é a fonte de tecnologia que, ao converter-se em capital fixo, possibilita reduzir o emprego de trabalho vivo e aumentar o volume do capital produzido.



A conclusão a que chega Marx é fulminante: o tempo de trabalho terá que deixar de ser a medida do valor e o tempo de não-trabalho se ampliará como resultado desta contradição intrínseca do capital. Cai por terra, desta maneira, a concepção de que a acumulação do capital implica necessariamente em uma exploração cada vez maior do trabalho vivo, como supunha Marx primeiramente.

Diante desta análise, Marx conclui que, ao mesmo tempo em que se reproduz, o capital cria os meios de sua própria dissolução.

Olhando para o horizonte, Marx, visualiza o capitalismo em sua fase superior, com máquinas realizando o trabalho que antes era feito pelo trabalhador e com todas as ciências a seu serviço.

Nesta fase “superior”, a aplicação da ciência à produção possibilita aumentar a magnitude do lucro, reduzir o tempo de trabalho e o volume de trabalho vivo necessário, na produção de um mesmo volume de mercadoria.

Dada a redução do tempo de trabalho necessário da sociedade, cria-se, em contrapartida, um tempo livre, no qual a ciência se desenvolve.

No Caderno VII dos *Grundrisse*, Marx afirma que o trabalhador passa a se apresentar ao lado do processo de produção, deixando de ser seu agente principal.

Nesta transformação o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem, nem o tempo que este trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual*, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela grande indústria mesma. Tão pronto como o trabalho em sua forma imediata cessa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. *O mais-trabalho da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho de uns poucos* cessa de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. (Mance)

Conforme sublinha Mance, o tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, que passa a ser o “tempo livre ou o tempo de não-trabalho, ou o tempo disponível” em que, além de inúmeras outras coisas, se produz a ciência e arte.

A partir destas definições, conclui Mance que a riqueza de uma nação não se resume nem aos produtos tangíveis, conforme acreditava Smith, nem nas forças produtivas

que possibilitam ampliar o volume de capital, como formulara inicialmente Marx, “mas ao tempo livre em que se produzem, entre outras coisas, a arte e a ciência”.

Portanto, ao passo em que se amplia o tempo livre, em detrimento da redução do trabalho vivo empregado, um volume cada vez maior de trabalho vivo passa a ser empregado em um trabalho não diretamente produtivo pelo qual a maquinaria é efetivada, trabalho esse que, imediatamente, não produz capital.

Assim, ao mesmo tempo em que cresce o tempo de não-trabalho, no qual se produz a ciência, amplia-se também o tempo de trabalho não produtivo, em que se realiza a produção de meios de produção ampliando as forças produtivas em razão da aplicação dos conhecimentos científicos na inovação da maquinaria.

Contudo, algumas atividades que Marx define como improdutivas são, para Mance, geradoras de riquezas. Os excluídos do trabalho produtivo, em seu "tempo livre" também geram riquezas, pois completam o ciclo da produção do capital ao consumir o que é produzido sob sua dinâmica, permitindo ao capitalista proceder a acumulação de capital indefinidamente “enquanto houver qualquer outra forma de geração de riquezas, mesmo que sejam meramente fictícias ou virtuais”.

A forma geral da riqueza frente ao trabalho produtivo, contudo, é o capital, que ao colocar as forças produtivas trabalho vivo, maquinaria e ciência em movimento, acaba por acumular o valor excedente gerado pelo trabalho vivo.

Se a tecnologia produzida pela ciência cria a maquinaria, capaz de substituir o trabalho vivo empregado no processo produtivo, reduzindo assim o tempo de trabalho despendido na produção da mercadoria, a principal fonte de riqueza vai se tornando a força social geral, resultado da produção científica geral.

O desenvolvimento científico possibilita ao capital produzir forças produtivas ainda mais poderosas, através do aprimoramento do capital fixo na forma de maquinaria, acumulando assim, excedentes ainda maiores.

A ciência, produzida pelo trabalho humano em um tempo de “não-trabalho”, é, portanto, a grande fonte mediata da riqueza e o capital produtivo, voltado para o aprimoramento do capital fixo frente à concorrência capitalista, instiga a produção científica.

O capital passa a se valorizar dependendo cada vez menos de trabalho imediato produtivo, determinando assim, um aumento cada vez maior do tempo de não-trabalho.

Este aumento do tempo de não-trabalho, que possibilita o desenvolvimento ainda maior da ciência e da arte e que surge devido a uma altíssima produção de mercadorias,

que não mais depende do trabalho vivo, mas sim de máquinas autômatas, constitui a verdadeira riqueza de uma sociedade.

O resultado é uma abundância de mercadorias a preços baixos, devido ao aumento da produtividade e, por outro lado, uma abundância de trabalhadores que não têm como trabalhar produtivamente para o capital, uma vez que o emprego do trabalho humano já não é tão desejado, pois implica em mais custos e menos produtividade que o aprimoramento do capital fixo.

O necessário investimento de capital em trabalho não produtivo, que resulta na efetivação de capital fixo na forma de maquinaria que não amplia o capital, somente pode ser compensado pela recuperação futura deste investimento, quando da venda do produto final, que será produzido em maior quantidade e melhor qualidade empregando menos volume de trabalho vivo por unidade produzida. Por outro lado, o volume geral gasto em salário é cada vez menor, sendo cada vez menor o potencial de consumo no mercado, ao passo que o volume de mercadorias produzido com menos trabalho vivo é proporcionalmente cada vez maior. Tem-se, assim, uma tendência de queda do valor da mercadoria - não apenas de seu preço - e portanto de queda na taxa de lucros, uma vez que no produto final tem-se que abater o gasto em capital constante realizado para o aprimoramento da maquinaria. (Mance)

Para Mance, embora este seja o momento de maior acúmulo de riqueza, é também, o momento de sua maior concentração. “Esta seria a última fase antes de o capitalismo dar lugar a um novo modo de produção, após várias crises cíclicas”.

Após esta complexa análise em *Grundrisse* Marx depara-se com o problema de como medir a riqueza. Sabe, por certo, que é possível quantificar o tempo de trabalho vivo empregado na produção de uma mercadoria, contudo, desconhece o modo adequado de quantificar o valor econômico de uma descoberta científica.

Claramente, Marx consegue apresentar em sua obra o que vê como as conseqüências do desenvolvimento capitalista, porém, está frente a um impasse. Diante de suas ponderações, teme perder a unidade do valor econômico frente ao tempo livre e não compreende de que modo o “tempo livre” possa ser convertido em medida da riqueza econômica.

A fase superior da grande indústria, na época em que Marx escreveu sua obra, ainda estava engatinhando, por isso, não pôde investigá-la como uma forma dominante de produção. Como lembra Mance, “Seria temerário, cientificamente, supor o que viria para, a partir de então, compreender o que já é.”

A obra de Marx se desenvolve tendo como pano de fundo a superação da manufatura pela indústria, graças à substituição do trabalho vivo pela atividade produtiva da máquina que foi tornada possível pela mediação da ciência.

Este contexto não permitiu que Marx fosse adiante em seus estudos sobre a medida de valor em uma fase superior da indústria capitalista. A solução prática adotada foi o abandono em *O Capital* de sua investigação sobre o “tempo livre” como riqueza. Em *O Capital*, a ciência passa a ser considerada como fator produtivo apenas na forma de maquinaria. Assim, Marx pôde, aos olhos de Mance, manter o tempo de trabalho vivo empregado pelo capital como referência de valor econômico e construiu *O Capital* com a rigorosidade científica que almejava.

## CONCLUSÃO

O debate sobre trabalho produtivo, que desde os fisiocratas fora exaustivo, é assunto altamente polêmico por se mover em um campo teórico bastante escorregadio, repleto de ambigüidades e contradições. Contudo, seu entendimento é central para a análise do processo de expansão capitalista e para a compreensão de seu caráter contraditório, ou seja, a autodestruição que se promove paralelamente ao seu desenvolvimento.

As argumentações apresentadas no presente trabalho, constituem uma tentativa de abrir novos caminhos para esta reflexão, indispensável nesta conjuntura de aniquilação do trabalho vivo e de desemprego extremado.

A carência de trabalho em uma sociedade que se baseia no trabalho, bem como o surgimento de novas categorias de trabalhadores, inflama a discussão sobre quem são os verdadeiros trabalhadores produtivos. A centralidade desta questão cresce em importância na medida em que dentro da própria tradição do pensamento marxista não se conseguiu chegar a um consenso em pontos fundamentais.

Embora Marx tenha avançado nos estudos de Smith e Ricardo, a questão do trabalho produtivo também não ficou completamente resolvida para este autor, o que pode ser explicado pelas condições ainda insuficientes de desenvolvimento do processo capitalista de produção na época em que sua obra foi escrita.

Em muitas passagens, Marx sugeriu como produtivo o trabalho que não só diretamente produz mais-valia, e, portanto, participa da produção direta de mercadorias, mas também aquele desempenhado por um conjunto de novas categorias sociais que ocupam posições importantes no processo de reprodução e expansão do capital, portanto, considerou produtiva qualquer espécie de trabalho que estivesse empregada a serviço do capital. No entanto, em outros momentos, relutou em aceitar como produtivos os trabalhadores do comércio, bem como os servidores públicos, por entender que estes tão somente contribuem para a realização da mais-valia.

Ao analisar o capitalismo no século XIX, Marx já o considerava em sua dimensão de globalidade, por isso, sua obra constitui um modelo geral sobre o sistema de funcionamento do capitalismo. Contemporaneamente, entretanto, assiste-se a ocorrência de fenômenos econômicos, políticos e sociais inusitados que exigem novas categorias para que esta atual etapa do capitalismo possa ser adequadamente compreendida.

O que parece claro, contudo, é o fato de a produção direta de mais-valia estar ligada à produção de mercadorias. A questão crucial é definir se trabalho produtivo é aquele que produz diretamente mais-valia e, portanto, mercadorias, ou se é todo o trabalho que contribui para a realização da mais-valia, pois, de nada adianta produzi-la se esta não se efetivar.

Conforme apresentado, uma série de autores, entre os quais Olmedo Beluche, Ernest Mandel e Ruy Mauro Marini, inferem que o trabalho realizado por funcionários do comércio, bancários e funcionários públicos não é produtivo. Para estes autores, o caráter produtivo do trabalho está centrado ou estendido até os contornos do produtor direto de mercadorias.

Por outro lado, autores como João Bernardo e Euclides Mance, entendem que o trabalho produtivo não implica necessariamente a produção de mercadorias. Enquanto Bernardo afirma que, independente daquilo que produz, o trabalhador sempre pode ser considerado produtivo enquanto estiver trabalhando a serviço do capital, Mance esclarece que a riqueza de uma nação não se resume nem aos produtos tangíveis, conforme acreditava Smith, nem nas forças produtivas que possibilitam ampliar o capital, como supunha Marx, “mas ao tempo livre em que se produzem, entre outras coisas, a arte e a ciência”.

As respostas possíveis a esta questão estão longe de chegar a um consenso, pois falta ainda uma teoria política de classes sociais, atual, que abarque o tema na dimensão e profundidade necessárias.

O que se observa, contudo, é uma preocupação capitalista em transformar, cada vez mais, as atividades improdutivas em novos meios de produção de mais-valia. E isto porque a finalidade principal do capitalismo sempre foi a extração da mais-valia, ou seja, a apropriação de um trabalho excedente. Se o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia para o capital, tal caracterização, como consequência, exclui as formas de trabalho que não se transformam no mercado de trabalho em mercadoria para o capital. Portanto, desde início, a evolução do sistema capitalista implica necessariamente na transformação de relações autônomas de trabalho, improdutivas para o sistema capitalista, em relações de trabalho estruturadas no âmbito de empresas. A este respeito, Mandel foi criterioso ao abordar o fenômeno atual de industrialização generalizada, caracterizado por uma enorme penetração do capital nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução.

É inegável, no entanto, que a tendência do avanço da industrialização na maioria dos ramos e na maior parte dos setores de uma fábrica, leva ao desaparecimento do

trabalhador tradicional, que passa a ser substituído por máquinas. A produção passa então a ser organizada de forma automática, sendo em grande parte, ou até mesmo inteiramente, determinada pelo sistema científico-tecnológico.

Isto significa dizer que, cada vez mais, o processo de produção de riquezas decorre de um trabalho prévio de caráter científico e tecnológico, o que exige das empresas vultuosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Dito de outra forma, o desenvolvimento da ciência e das tecnologias passa a ser imprescindível para a criação do excedente e para a expansão do sistema capitalista.

Neste novo cenário econômico, as mudanças tecnológicas e culturais implicam não só a diminuição da classe operária, mas a fragmentação dos sujeitos sociais e o desaparecimento do emprego fixo e estável. A força de trabalho desvalorizada busca ocupação onde parece ser possível, deslocando-se e redefinindo territórios segundo a ação do capital, que precisa cada vez menos de trabalho-vivo para produzir cada vez mais capital.

É preciso, portanto, discutir o caráter produtivo das novas categorias de trabalhadores. Se for verdade que estas são mesmo improdutivas, torna-se necessário verificar a relação existente entre as crises do capitalismo e a crescente presença que vêm assumindo os gastos improdutivos nas sociedades capitalistas contemporâneas, pois o aumento nos gastos improdutivos precisa ser sustentado por uma maior captação de mais-valia, o que, em última instância, requer o aumento da produtividade do trabalho produtivo, conseguida a custo do desenvolvimento tecnológico.

A revolução dos sistemas de organização do conhecimento vivenciada, permite supor, portanto, que a superação do trabalho abstrato não é possível com base no trabalho produtivo, mas sim com base no "ócio produtivo", no tempo livre em que a ciência é desenvolvida.

O poder do conhecimento em aumentar a produtividade, inovando nas tecnologias, permite ao capital obter mais lucro com a exploração de menos trabalho-vivo, isto é, manter menos trabalhadores empregados. Conforme abordado por Marx nos *Grundrisse*, na fase superior da grande indústria a ciência se tornaria a grande fonte produtora da riqueza, baixando o tempo médio de trabalho necessário à produção das mercadorias, sendo a incorporação da tecnologia, desenvolvida em um tempo de não-trabalho, o diferencial entre a vida e a morte da empresa capitalista na competição do livre-mercado.

Hoje, se uma empresa não investe em pesquisa e desenvolvimento e não inova nas

tecnologias, o que inevitavelmente leva à redução dos trabalhadores por ela empregados para produzir o mesmo volume de mercadoria ou serviço, acaba lamentavelmente perdendo para a concorrência, sendo derrotada pela empresa maior, cuja alta produtividade, propiciada por suas unidades tecnologicamente mais avançadas, permanecem capaz de abastecer todo o mercado consumidor existente que era anteriormente atendido pelas unidades agora desativadas.

Contudo, o proletariado hoje é bem amplo e se constitui de todo trabalhador que sobrevive da venda de sua força de trabalho ao capitalista. Portanto, inclui tanto o trabalhador que participa diretamente do processo de criação de mais-valia, quanto o trabalhador que se empenha na sua realização.

É evidente que o trabalho que participa diretamente da criação de mercadorias, tem importância central, pois é ele quem toca diretamente no plano fundamental, quem cria, quem valoriza o capital. Todavia, os trabalhadores do comércio, do Estado e do setor de serviços, considerados por muitos autores trabalhadores improdutivos, também são parte da classe trabalhadora e são indispensáveis para que o capitalista possa se apropriar da mais-valia. O desafio é resgatar o sentido de pertencimento e de consciência de classe, pois somente quando esta consciência estiver formada, o proletariado terá a força necessária para superar os elementos de barbárie que ainda estão presentes na sociedade e que emperram o salto para uma civilização superior.

É mister que se reafirme que tais trabalhadores também são parte integrante da classe operária, pois além de não proprietários dos meios objetivos de trabalho, são também assalariados. Além disso, mesmo que não produzam diretamente mais-valia, eles são responsáveis por criar as condições para que os capitalistas que os exploram se apropriem de uma parte da mais-valia, expropriada dos operários fabris. São, portanto, fundamentais para a reprodução ampliada do capital. Por isso, apesar de não produzirem diretamente mais-valia, esses assalariados podem ser considerados produtivos, pois, como o próprio Marx definiu, é produtivo, no sentido amplo, o trabalho que “no sistema de produção capitalista, produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital.” (Marx, 1987b). A segunda parte dessa afirmação se refere justamente ao trabalho dos empregados do comércio, do setor público, dos bancos e do setor de serviços. Assim, pode-se dizer que Marx não limitou o conceito de trabalhador produtivo ao de operários fabris diretamente vinculados à produção de bens materiais.



Em suma, a importância teórica e prática das questões aqui abordadas prende-se ao fato de que estas constituem uma das bases fundamentais para o próprio avanço das relações sociais de produção.

O processo veloz de difusão tecnológica que precariza as relações de trabalho, ampliando inseguranças e vulnerabilidades, bem como a aceleração cada vez mais intensa das conquistas científicas atuais, exige que as transformações, tanto das relações de produção, quanto da consciência social se procedam na mesma intensidade. No entanto, as reações do comportamento social apresentam um movimento mais lento que o seu próprio desenvolvimento. Assim, surgem agudas contradições, alargando o abismo que separa capitalistas e trabalhadores.

As estruturas econômicas são abaladas e vários setores se esfacelam. As estruturas sociais, que decorrem destas, acabam por não subsistir. O resultado é uma crise permanente, comum a todos os povos, que se prolonga enquanto o processo de transformação não se conclui.

Vive-se, portanto, um intenso processo de transição, que parece apontar para uma importante alteração na continuidade da história humana, porque atinge o fundamento central sobre o qual ergueu-se a civilização desde os seus primórdios: o trabalho humano.

Este elemento, que foi fundamental para a sobrevivência da humanidade, começa a perder importância e passa a ser elemento complementar à capacidade produtiva da máquina informatizada, que possui agora papel central no processo econômico de alta produtividade. Assim, o proletariado não poderá mais depender da alocação de sua força de trabalho, sua única propriedade. Daí a necessidade de se rever conceitos ou formular novos, capazes de dar sustentação a uma teoria política apropriada aos novos tempos, necessária para o ordenamento de uma nova sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos R. V. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 371p.

BALINKY, Alexander. **A economia de Marx - análise e crítica**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

BELUCHE, Olmedo. Os Trabalhadores do Estado e a Teoria Marxista das Classes Sociais. **Marxismo Vivo**, n.º 6, 2003. Disponível em: <<http://www.marxismalive.org/olmedo6port.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2004.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo, Cortez, 1991.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995-96. (2a.tiragem 1997) 3v.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 284p.

FRITSCH, Winston. In: SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HEILBRONER, Robert L. **A formação da sociedade econômica**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 284 p.

KUNTZ, Rolf. **Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 139 p.

MANCE, Euclides André. **Trabalho, Ciência e Tempo Livre em Karl Marx - Dos Grundrisse a O Capital**. Curitiba, 1997. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/trabalho.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2004.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx : de 1843 até a redação de O Capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 211 p.

MANDEL, Ernest. Os Economistas. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1988. Livro I, Volumes I e II.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1987a, Livro II.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, Livro III.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI (Inédito) de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, s/d. 169 p.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Mais Valia**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987b. Livro IV, Volume 1. p. 384-406. Transcrição amavelmente cedida por "O Vermelho". Disponível em <<http://www.marxists.org.uk/portugues/marx/1863/prodcapital.htm>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2005.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 239 p.

QUESNAY, François; KUNTZ, Rolf. **François Quesnay: economia**. São Paulo: Atica, 1984. 192 p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p.

RIMA, Ingrid Hahne. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Auriphebo Simões. São Paulo: Atlas. 1º edição, 3º tiragem. 1990.

ROBINSON, Joan; EATWELL, John. **Introdução à economia**. Tradução de Heitor Pinto de Moura Filho. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os economistas. Volume 1. Editor: Victor Civita. São Paulo: Apresentação Winston Fritsh, tradução Luiz João Baraúna.

SRAFFA, Piero; ROBINSON, Joan. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 267 p.

VILALOBOS, André. **Classes sociais e trabalho produtivo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: CEDEC, 1978. 143p.